

EDITORIAL

Portos e Região: desafios e perspectivas

Nesta edição do periódico *Petróleo, Royalties e Região* do Programa de Pós-graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade da Universidade Candido Mendes, apresentamos o dossiê “Portos e Região: desafios e perspectivas” visando tratar das transformações e impactos que se colocam frente às dinâmicas portuárias, em um cenário associado aos grandes projetos de investimento e infraestrutura decorrentes das transformações da economia global. Não obstante, tais atividades portuárias têm rebatimentos consideráveis na reconfiguração espacial por meio de novas dinâmicas de estruturação urbano-regionais, considerando, ainda, nesse contexto, uma análise sobre os agentes (políticos, econômicos e sociais) e as práticas de produção do espaço.

No caso do Norte Fluminense, vivenciamos, na última década, as transformações relacionadas ao Porto do Açú e seu impacto em termos políticos, econômicos, socioculturais e ambientais – o que nos impele a possibilidades de articulações analíticas com outras escalas, em que tais dinâmicas portuárias também sejam operantes. Desse modo, este dossiê reúne trabalhos que investigam, em suas perspectivas interseccionais, os debates associados à dinâmica portuária, às políticas públicas, ao desenvolvimento regional e local, aos conflitos socioterritoriais (urbanos e rurais) e ambientais.

É nesse escopo analítico que o artigo “O conflito ambiental explicitado durante o licenciamento de um complexo portuário na “Capital Nacional do Petróleo” (Macaé – RJ)”, de autoria das pesquisadoras Renata de Souza e Giuliana Franco Leal e do pesquisador Rodrigo Martins, analisa as alterações socioespaciais dinamizadas historicamente

pela indústria do petróleo sobre o território do município de Macaé, com foco nos conflitos ambientais que envolvem o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba no processo de Licenciamento Ambiental de instalação e operação do Terminal Portuário de Macaé (TEPOR). Para isso, os autores analisaram os Relatórios de Impactos Ambientais (RIMA) elaborados pelos empreendedores, as transcrições das Audiências Públicas e alguns pareceres e ofícios emitidos pelos órgãos ambientais envolvidos. Diante dos resultados apresentados pela pesquisa, os autores identificam – seguindo a linha analítica de pesquisadores, movimentos ambientais e de técnicos do ICMBio – que os Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e os Relatórios de Impactos Ambientais (RIMA) subestimaram impactos importantes sobre a Unidade de Conservação.

Na sequência, o artigo “Cidade e porto na economia do petróleo: análise do novo terminal portuário de Macaé/RJ”, dos autores Rodrigo Pyramides Pinheiro e Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda, analisa as políticas públicas de planejamento urbano na cidade de Macaé alinhadas ao Terminal Portuário de Macaé (TEPOR) como resposta, segundo os autores, à reestruturação da logística regional alinhadas à indústria do petróleo e gás, assim como a suas novas demandas. Os autores identificam a consolidação e o fortalecimento da competição entre cidades pela atração de investimentos portuários, e, assim, distancia-se a ideia de que cidade, porto e região se potencializem mutuamente.

No terceiro artigo, o foco passa a ser o Complexo Portuário do Açú no Norte Fluminense. As pesquisadoras Rosângela Maria Amorim Benevides-Guimarães e Denise

Cunha Tavares Terra, no artigo “Notas iniciais sobre a compatibilidade entre a proteção social e ambiental e o Complexo Portuário do Açú no Norte Fluminense”, investigam o impacto do empreendimento sobre a população local e questionam sobre o papel das políticas sociais e ambientais no âmbito do licenciamento para compatibilizar proteção e empreendimento em face de fatores que influenciam essas políticas. O artigo sugere, em suas considerações, que as condicionantes do licenciamento do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú (Clipa) funcionam mais para obtenção de legalidade e, em certa medida, de legitimidade, do que para proteção da população residente na área do empreendimento no 5º Distrito do Açú.

No artigo seguinte, os autores Hevilmar Carneiro Rangel, Rosélia Piquet e Richard de Castro, em “Empregos e as empresas do Complexo Portuário do Açú: relato de uma pesquisa”, analisam o perfil das novas empresas que se instalaram no Complexo Industrial e Portuário do Açú, investigando as relações econômicas com a região e com as administrações públicas locais. Os autores identificam que há uma complexidade relacionada às operações desenvolvidas, assim como as relações comerciais com empresas locais são frágeis. Observando os gastos, os autores constatam que a aquisição de equipamentos e de mão de obra especializada não foram realizados localmente, limitando a capacidade indutora desses investimentos sobre a economia local/regional.

Fechando nosso dossiê temático com o artigo “Os limites da aplicabilidade do princípio da supremacia do interesse público para os casos de desapropriação no Estado Democrático de Direito: uma análise sobre a implantação do Porto do Açú”, os autores Mateus Gomes Almeida, Frank Pavan de Souza e Marcos Antonio Pedlowski examinam os limites da aplicabilidade do princípio da supremacia do interesse público para os casos de desapropriação no Distrito do Açú. Os

autores indicam o papel fundamental da Administração Pública na minimização dos patamares de desigualdade socioeconômica.

Nesta edição, contamos ainda com dois artigos, incluídos na seção de temas livres, que dialogam a respeito dos impactos da COVID-19 na arrecadação dos royalties do petróleo e as mudanças e perspectivas no setor de entrega urbana de produtos. O foco do artigo “Impactos na arrecadação de royalties de petróleo provocados pelo efeito coronavírus no primeiro semestre de 2020”, dos autores João Paulo Lima Santos e Gabriel Marcuzzo do Canto Cavalheiro, assenta-se nos impactos da COVID-19 nos elementos essenciais no cálculo das participações governamentais no Brasil e, de modo especial, na cotação do petróleo tipo Brent, cotação internacional do gás e na queda de demanda, com reflexos diretos na produção. Neste trabalho, são abordados os impactos financeiros decorrentes da perda de receita de royalties e participação especial no primeiro semestre de 2020, avaliando individualmente os efeitos dos parâmetros de cálculo das respectivas participações governamentais. Em seguida, o artigo “Mudanças e perspectiva no setor de entrega urbana de produtos em uma cidade média devido à pandemia da COVID-19”, de autoria de Geísa Pereira Marcilio Nogueira, João José de Assis Rangel, Paulo Rossi Croce e Eduardo Shimoda, demonstra as alterações nos padrões de venda e transporte de produtos na cidade de Campos dos Goytacazes, profundamente impactados pela COVID-19. Além disso, o artigo mostra as primeiras soluções encontradas pelos varejistas para a questão da entrega urbana de produtos e quais dessas medidas têm o potencial de uso pós-pandemia.

Desse modo, esperamos que todos façam bom proveito da leitura dos textos apresentados neste número do periódico *Petróleo, Royalties e Região* e permanecemos aguardando a submissão de artigos para as próximas edições.

Valdir Júnio dos Santos

Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda